tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos., enquanto o art. 96 do CTN esclarece que a expressão “legislação tributária” compreende os decretos. Assim, as obrigações acessórias podem ser estabelecidas por Decreto.

II. A não utilização do ECF a que está obrigado enseja a aplicação de penalidade por descumprimento de tal obrigação acessória nos termos do art. 79, IV, “o” da Lei 4.257/89. No entanto, equivocou-se o autuante na delimitação da multa que o fez em 6.600 UFR-PI, quando o correto é 3.800 UFR-PI, já que tal dispositivo limita essa multa em 1.200 UFR por exercício. O julgador de primeira instância a delimitou corretamente, mas equivocou-se na decisão ao consignar que o Auto de Infração foi julgado procedente, quando o deveria ter referido procedente em parte.

III. Decisão por unanimidade: recurso conhecido e provido parcialmente para reformar a decisão recorrida, e considerar o Auto de Infração procedente em parte com multa acessória fixada em 3.800 UFR-PI.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 18 de maio de 2009.

Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Presidente-Relator
Jânio Cury Queiroz - Conselheiro
Emanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Luiz Fernando Pereira de Melo - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque- Procurador do Estado

RECURSO VOLUNTÁRIO 180/2008

AUTO DE INFRAÇÃO 48770.

RECORRENTE: FAVORITO EMPREENDIMENTOS LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.

RELATOR: CONSELHEIRO ORLANDO BARBOSA PAZ FILHO

ACÓRDÃO Nº 108/2009

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO 9.513/96. NÃO OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL

I. O art. 97, III do CTN determina que apenas os fatos geradores da obrigação principal sejam estabelecidos por Lei. Já o § 2º do art. 113 do CTN estabelece que a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos., enquanto o art. 96 do CTN esclarece que a expressão “legislação tributária” compreende os decretos. Assim, as obrigações acessórias podem ser estabelecidas por Decreto.

II. A utilização, no recinto de atendimento ao público, de impressoras ou quaisquer outros dispositivos, eletrônicos ou não, não integrados ao ECF, sem autorização do Departamento de Fiscalização, enseja a aplicação de penalidade por descumprimento de tal obrigação acessória nos termos do art. 79, V, “p” da Lei 4.257/89.

III. Decisão por unanimidade: recurso conhecido e não provido para confirmar a decisão recorrida, e considerar o Auto de Infração procedente.

Sala das Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado, em Teresina, 18 de maio de 2009.

Orlando Barbosa Paz Filho - Conselheiro-Presidente-Relator
Jânio Cury Queiroz - Conselheiro
Emanuel Pacheco Lopes - Conselheiro
Luiz Fernando Pereira de Melo - Conselheiro
Flávio Coelho de Albuquerque - Procurador do Estado

PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 191/2008

PROCESSO DE ORIGEM Nº: 104018462007

EMPRESA: FERRONORTE INDUSTRIAL LTDA

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES

Sessão realizada em 19 de maio de 2009

ACÓRDÃO Nº 109/2009

EMENTA: ICMS: OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE ICMS INCIDENTE SOBRE A IMPORTAÇÃO DE BENS DO EXTERIOR. DESCARACTERIZAÇÃO. DECRETO Nº 13.160/08.

I. Importação de mercadorias do exterior sem o recolhimento do ICMS pertinente.

II. A Empresa era detentora de Benefício fiscal de 100% nos 7 primeiros anos e 70% nos 3 últimos anos quando da importação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios destinados ao ativo imobilizado e de matérias primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos para aplicação no processo industrial.

III. Como o incentivo de 100% expirou em 31 de outubro de 2006, a Autoridade lançadora constituiu o crédito tributário de 30% no período de novembro de 2006 a maio de 2007, haja vista o incentivo nesse período ser de 70%.

IV. Ocorre que, em 14 de julho de 2008, o Decreto 13.160, de 14 de julho, amparado na Lei 5.770¹, de 30 de junho de 2008, prorrogou por mais 4 anos o incentivo fiscal concedido, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2006 e nos mesmos percentuais vigentes em 30 de outubro de 2006, que era de 100%. Recurso conhecido provido no sentido de reformar a decisão recorrida e considerar o auto de infração improcedente.

V. Decisão unânime.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina, 19 de maio de 2009.

Francisco de Assis Moura Araújo – Presidente
Manoel Messias Borges de Oliveira – Conselheiro
Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro - Relator
José de Sousa Brito – Conselheiro
Christianne Arruda – Procuradora do Estado(Endnotes)

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº: 190/2008

PROCESSO DE ORIGEM Nº: 104018462007

EMPRESA: FERRONORTE INDUSTRIAL LTDA

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES

Sessão realizada em 19 de maio de 2009

ACÓRDÃO Nº 110/2009

EMENTA: ICMS: OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. UTILIZAÇÃO DE PARCELA DE ICMS COMO INCENTIVO FISCAL EM VALOR SUPERIOR AO PERMITIDO PELA FISCALIZAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO. DECRETO Nº 13.160/08.

I. Utilização de parcela de ICMS como incentivo fiscal em valor superior ao permitido pela legislação.